

**O PROCESSO DE  
PRIVATIZAÇÃO DA  
EDUCAÇÃO BRASILEIRA A  
PARTIR DOS ANOS 1990: um  
estudo sobre as  
transformações ocorridas no  
ensino superior e a lógica de  
expansão das instituições de  
ensino privadas**

**THE PRIVATIZATION  
PROCESS OF BRAZILIAN  
EDUCATION FROM 1990s: a  
study on the transformations  
that occurred in higher  
education and the logic of  
expansion of private  
educational institutions**

*Welline Dayane Reis Ribeiro (Ma.)\**  
*Antonio Paulino de Sousa (Dr.)\*\**



Imperatriz (MA), v. 3, n. 5, p. 56-68, jul./dez. 2021  
ISSN 2675-0805

Recebido em: 21 de setembro de 2020  
Aprovado em: 18 de dezembro de 2021

## **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo compreender o processo de privatização da educação superior brasileira a partir dos anos 1990, tendo em vista a grande influência dos organismos internacionais como principais responsáveis pela expansão das universidades privadas no Brasil, bem como pela reconfiguração da educação superior pública por meio de inúmeras reformas ocorridas nesse contexto. Pode-se perceber que, no período de 1995 a 2002, houve um crescente número de matrículas realizadas nas instituições privadas, fruto da mercantilização da educação e do reordenamento das propostas educacionais trazidas pelo governo desse período, em conformidade com a lógica de organização do capital. Nos anos seguintes (2003-2016), perpassando os governos Lula e Dilma, percebe-se a continuidade de reformas educacionais fincadas na perspectiva de crescimento do mercado e circulação do capital, com forte incentivo aos programas de financiamento estudantil (PROUNI e FIES),

---

\* Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: wellineribeiro@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5368-3963>.

\*\* Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: antonio.paulino@terra.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0795-5681>.

caracterizando-se pela parceria entre Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, tendo como discurso a expansão das instituições de ensino e o acesso de um maior número de estudantes à educação superior. O trabalho configura-se como pesquisa bibliográfica, realizada por meio de abordagem qualitativa, numa perspectiva crítica. Como base teórica foram utilizados os autores De Paula et al. (2018) e Silva et al. (2016), dentre outros, os quais discutem a educação superior considerando o processo de privatização e a expansão da lógica de mercado no cenário educacional.

**Palavras-chave:** Privatização. Ensino Superior. Mercantilização. Educação.

### ABSTRACT

This article aims to understand the process of privatization of Brazilian higher education over the 1990's, in view of the great influence of international organisms as principal responsible for the expansion of private universities in Brazil, as well as the reconfiguration of higher education from numberless reforms occurred in this context. It can be seen that in the period from 1995 to 2002 there was a growing number of enrollments carried out in private initiatives, the fruit of the marketing of education and the reordination of educational proposals by the current government of this period, according to the capital organization logic. In the following years (2003 – 2016), through the governments Lula and Dilma, perceives the continuity of educational reforms finished in the perspective of market growth and capital circulation, with a strong incentive to student finance programs (PROUNI and FIES), characterizing by the partnership between public and private Higher Education Institutions (HEIs), with the speech of the expansion of the teaching institutions and the access of a greater number of students to higher education. The work is configured as bibliographic research, carried out through a qualitative approach, in a critical perspective. As theoretical basis the authors DE PAULA, et al (2018); SILVA, et al (2016); among others, who discuss higher education considering the process of privatization and expansion of market logic in the educational scenery.

**Keywords:** Privatization. Higher Education. Mercantilization. Education.

## 1 Introdução

Ao longo de décadas, a educação superior brasileira tem passado por mudanças quanto à sua estrutura pedagógica, curricular, física e de recursos humanos. Observa-se a frequente presença de ações voltadas para a lógica de privatização da educação superior, por meio dos investimentos financeiros do setor público em instituições de ensino superior privadas. Sabe-se que tais transformações tiveram como ponto culminante o início da década de 1990 com a expansão do pensamento neoliberal no Brasil, cuja tendência é privatizar o público e publicizar o privado com base nas orientações econômicas que regem o mercado.

Esta pesquisa busca compreender o processo de privatização da educação superior brasileira a partir dos anos 1990, tendo em vista a grande influência dos organismos internacionais na expansão das universidades privadas no Brasil, bem como na reconfiguração da educação superior pública por meio de inúmeras reformas ocorridas nesse contexto.

Nesse sentido, o artigo está organizado em três seções. A primeira trará um breve panorama sobre o ensino superior brasileiro a partir dos anos 1990 e a influência dos organismos internacionais no processo de reformas educacionais nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula e Dilma. Na segunda seção, será abordado o financiamento das universidades federais, com destaque para o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), como ações voltadas à expansão e privatização do ensino superior. A terceira seção abordará a luta da Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES-SN (APRUMA), em defesa da educação pública de qualidade, uma vez que esse sindicato promove também a luta por melhores condições de trabalho aos professores e o avanço nos níveis das atividades referente ao ensino, à pesquisa e à extensão.

## **2 Breve panorama do ensino superior a partir dos anos de 1990**

O cenário da mercantilização nos setores econômico, social, cultural e político ganhou força no Brasil a partir dos anos 1990 com a expansão do neoliberalismo. Dentre algumas explicações, o termo neoliberalismo tem sido utilizado para caracterizar o sistema de intervenção adotado pelos Estados que desenvolvem uma política pautada em maior liberdade de mercado em detrimento das ações do Estado como principal agente econômico. Sua proposta abre espaço para a privatização das empresas estatais, ou seja, contribui para que a atuação do setor público seja reduzida frente às demandas da sociedade, possibilitando em maior grau a intervenção do setor privado em diversos campos, dentre eles a educação superior. Para Soares (2002, p. 40), esse tipo de proposta traz subjacente:

[...] a ideia de que o setor público caracteriza-se, por princípio, em qualquer circunstância, como ineficiente e ineficaz, ao contrário do setor privado, o único a possuir uma “racionalidade” e uma “vocaçãõ” capazes de levar ao crescimento econômico. As possibilidades de sucesso da proposta privatizante estariam assim garantidas desde que o Estado não interferisse.

Tal pensamento tem se expandido para além dos setores produtivos e se concretizado também no campo da educação superior, em que se observa um crescimento acelerado de IES privadas. Ofertando os mais diversos cursos, quase sempre com formação aligeirada e facilidade para obtenção de diploma, essas instituições têm como base o gerencialismo e, em muitas delas, os estudantes são vistos como clientes que demandam um serviço. Nessa conjuntura, em que prevalece a mercantilização da educação superior, Lima (2011, p. 87) apresenta dois movimentos:

a) a expansão das instituições privadas, através da liberalização dos “serviços educacionais”; b) a privatização interna das universidades públicas, através das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades pelos cursos pagos e do estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas, redirecionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Com esses movimentos, ocorrem também mudanças no âmbito da universidade pública, dentre elas: a criação de parcerias com empresas privadas; a terceirização de serviços; e a cobranças de valores referentes a cursos ofertados na universidade, o que impulsiona um modelo de educação superior mais flexível, diversificado, com foco na expansão de cursos e vagas, dentro da lógica capitalista de ensino.

Ainda assim, no decorrer da década de 1990, a expansão da educação superior brasileira foi bem mais perceptível no setor privado de ensino. Uma das estratégias utilizadas pelo governo para esse crescimento foi a criação de programas estudantis que ofertavam bolsas de estudos parciais ou integrais em IES privadas para estudantes com poucos recursos financeiros. Esse assunto será abordado no próximo tópico.

Em 2002, o número de IES privadas havia aumentado consideravelmente, mostrando o quanto as políticas neoliberais foram se expandindo no setor educacional brasileiro naquele período. A Tabela 1 mostra o número de instituições, tanto públicas como privadas, e o número de estudantes que ingressaram no ensino superior.

**Tabela 1** – Número de instituições e de estudantes ingressos nos cursos de graduação presenciais: Unidade da Federação/ Categoria Administrativa–2002.

	Número de instituições	Número total de ingressos
<b>Total geral</b>	<b>1.637</b>	<b>1.411.208</b>
<b>Pública</b>	<b>195</b>	<b>320.354</b>
Federal	73	142.585
Estadual	65	141.559
Municipal	57	36.210
<b>Privada</b>	<b>1.442</b>	<b>1.090.854</b>
Particular	1.125	599.656
Comum/Confes/Filant	317	491.198

**Fonte:** Censo da Educação Superior -INEP/MEC

Conforme os dados expostos, em 2002, havia um total de 1.637 de instituições do ensino superior no Brasil, entre as quais 195 eram públicas (12%) e 1.442 privadas (88%). Dentro do percentual de IES privadas, estão as faculdades, escolas e institutos (65%); faculdades integradas (6%); centros universitários (3%); centros de educação tecnológica (2%); universidades (2%); faculdades comunitárias, confessionais e filantrópicas, escolas e institutos (15%); universidades (4%); centros universitários (2%); e faculdades integradas (1%).

Quanto ao número de estudantes ingressantes nos cursos de graduação presencial do período em questão, o resultado não foi diferente. Do total de 1.411.208 alunos que ingressaram no ensino superior, 320.354 (23%) correspondiam às IES públicas e 1.090.854 (77%) às privadas.

Nos oito anos em que FHC dirigiu o país, o mercado educacional avançou consideravelmente, criando uma grande disparidade entre os dados do setor público e do setor privado. Para se ter uma ideia, de acordo com o censo da educação superior (MEC/INEP, 1996), o número de universidades privadas era de 64. Já no segundo mandato de FHC (2002), esse número havia subido para 84, ou seja, um crescimento de 31% em oito anos de governo. Em contrapartida, nesse mesmo período, as universidades públicas eram 72 (início do governo), tendo um aumento de apenas 8% em oito anos, chegando a 78 instituições no ano de 2002.

Institutos, faculdades e centros universitários têm sido criados a partir da lógica de mercado (oferta e demanda), sobrepondo-se à garantia de ensino superior gratuito. Tal cenário tem se estabelecido no setor educacional, em grande medida, sob as orientações do Banco Mundial (BM) que apresenta como prioridade a diversificação das instituições de ensino superior, dos cursos ofertados e dos financiamentos. De acordo com Nunes e Braga (2016, p.70), algumas estratégias do BM descritas no documento *Educação Superior: lições derivadas da experiência* eram:

[...] a diversificação das instituições de ensino superior e dos cursos e das fontes de financiamento para o ensino público; redefinição do papel do governo no ensino superior, estimulando a privatização; adoção de políticas de qualidade e equidade no ensino superior, estas por sua vez criadas a partir do eficiente atendimento aos setores privados.

Conforme se observa, as orientações difundidas pelos organismos internacionais, dentre eles o BM, contribuem com a intensificação do processo de privatização do ensino superior no Brasil. Nesse contexto, há uma redefinição do papel do Estado, com a criação de novas regulamentações direcionadas à parceria público-privada, por meio da formulação de políticas que possibilitem a inserção dos empresários no setor educacional.

É nessa conjuntura que encontrava-se o governo de FHC (1995-2002), trazendo propostas de desregulamentação, descentralização e privatização para os diferentes setores da sociedade. Com base na visão de Estado Mínimo, passou-se a “reduzir custos, encargos e investimentos públicos buscando senão transferi-los, ao menos dividi-los (parceria é a palavra da moda) com a iniciativa privada e as organizações governamentais” (SAVIANNI, 2000, p. 200-201 *apud* NUNES; BRAGA, 2016, p. 74).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96, aprovada nesse período, se caracteriza como uma das principais mudanças no campo educacional e, embora seja fruto de intensas manifestações e lutas dos profissionais ligados à educação, os quais buscavam diversas melhorias para o setor, na lei acabaram prevalecendo prioritariamente ações voltadas às necessidades do mercado. Assim, conforme destacam Nunes e Braga (2016, p. 73-



74), a LDB se consolida “como parte de um conjunto das medidas institucionais que mostram a afinidade político-ideológica entre o governo federal e as agências internacionais, na adoção de uma proposta educacional inspirada também no pensamento pedagógico empresarial”.

Ao aprovar leis e documentos em conformidade com as diretrizes dos organismos internacionais, o governo FHC iniciou o processo de inserção e expansão das instituições privadas no país. Cabe destacar alguns aspectos importantes apontados por Sguissardi (2006, *apud* NUNES; BRAGA, 2016, p. 74) que melhor explicam esse contexto:

A baixa cobertura do sistema; com um crescimento de 118% das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e aumento de 70% nas matrículas; distorção da distribuição regional da educação superior; má distribuição por área de conhecimento, concentrando no setor privado áreas que exigem baixos investimentos, mas com altos retornos financeiros; redução de 33% do PIB para o financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); expansão de um modelo de universidade de ensino em detrimento de universidade de pesquisa; legislação educacional voltada, sob muitos aspectos, para as teses e orientações dos organismos multilaterais, garantindo a grande expansão do setor privado; aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em que se vetaram as principais metas relativas à educação superior, enfatizando a desresponsabilização do Estado com a educação.

Posteriormente, nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), houve uma intensificação de políticas voltadas ao ensino superior mercantilizado, com implementação de medidas que deram continuidade à lógica de privatização, terceirização e expansão das instituições de ensino superior. Para se entender melhor os investimentos feitos por esses governos, De Paula et al. (2018, p. 64) apontam:

Os governos petistas utilizaram uma miríade de políticas que constituíram a política de ES [ensino superior] alinhada à lógica da hegemonia às avessas, ou seja, não obstante o discurso de democratização, acesso, financiamento e cotas no ensino superior, essas políticas na teia da complexa relação do processo expansivo do capital financeirizado representaram medidas que foram tomadas para que a ES continuasse um nicho mercantilista altamente rentável.

Alguns dos temas que permearam esse período foram: imunidade fiscal para as IES privadas; financiamento estudantil; parceria público-privada; educação à distância; e expansão das universidades, dentre outros (DE PAULA et al., 2018). Embora o governo Lula, inicialmente, tenha gerado a expectativa de atuar como um governo afinado às necessidades da sociedade, o que ocorreu foi uma continuidade de medidas propostas pelos governos instituídos anteriormente (Collor, Itamar Franco e FHC). Foram implementadas ações de parceria entre os setores públicos e privados com grandes desdobramentos no ensino superior, como no caso dos programas de financiamento de bolsas integrais e parciais nas IES privadas subsidiadas

pelo governo, com a perspectiva de que mais pessoas tivessem acesso à formação superior e, em contrapartida, estimular a expansão das grandes empresas educacionais no mercado.

### 3 Financiamento das universidades: considerações sobre o PROUNI e o FIES

Uma outra questão que pode ser analisada, refere-se à criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado pelo Governo Federal em 2004, institucionalizado por meio da Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493, em 18 de julho de 2005. Esse programa tem como proposta a oferta de bolsas integrais ou parciais nos cursos de graduação das instituições privadas em troca da isenção de tributos. Para concorrer a uma bolsa, o estudante deve: ter cursado o ensino médio completo ou parcial em escola pública ou particular na condição de bolsista integral; ter realizado a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); e apresentar renda familiar, por pessoa, de até três salários-mínimos.

Ao analisar a proposta do Prouni, pode-se considerá-lo como uma grande possibilidade de acesso à universidade para uma grande parte da população brasileira, entretanto o programa também se caracteriza por aspectos que reforçam a relação público-privada, contribuindo com a desvalorização do ensino superior público, reduzindo-o a uma mera mercadoria. Na tabela 2, observa-se o número de matrículas em IES privadas, o número de bolsas (parciais e integrais) e o percentual dessas bolsas sobre o número de matrículas entre os anos 2006-2012.

**Tabela 2** – Percentual de bolsas do PROUNI sobre o número de matrículas nas IES privadas

Ano	Número de matrículas em IES privadas	Bolsas PROUNI ocupadas	% de bolsas em relação ao número total de matrículas
2006	3.632.987	109.009	3,0%
2008	4.255.064	124.607	2,9%
2010	4.736.001	152.697	3,2%
2012	5.191.957	379.330	7,3%

**Fonte:** Costa e Ferreira (2017, p. 148).

Observa-se que, entre 2006 e 2012, o número de matrículas em IES privadas aumentou, bem como o número de bolsas ocupadas pelo PROUNI, o que significa um investimento financeiro significativo do governo federal sobre o setor privado, valores que deveriam ser aplicados na universidade pública. Esse tipo de parceria (bolsas de estudo + isenção fiscal) que o governo faz com as instituições privadas é contabilizada como gasto tributário da União. Conforme destaca Reis (2016, p. 25), “em 2014, o governo federal liberou R\$ 13,154 bilhões para o Fies e o Prouni. Essas despesas passaram a representar 12,32% do orçamento total sob supervisão do MEC”.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é mais um dos programas implementados em conformidade com a lógica de expansão do ensino superior por meio de instituições privadas, o qual oferece financiamento aos estudantes ingressantes nos cursos de graduação de faculdades particulares que aderiram ao programa. Instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, o Fies apresenta uma proposta de acesso mais amplo ao ensino superior, com o discurso de democratização da formação acadêmica, no entanto, observa-se que desde a sua implementação o programa vem sendo aprimorado de acordo com os interesses de mercado. Nesse sentido, De Paula et al. (2018, p.68) afirmam:

O FIES está alinhado ao discurso de democratização do acesso ao ensino superior, logo, segue a mesma linha ideológica do ProUni, a alocação de recursos públicos nas instituições privadas, jogando pelos ares as fronteiras que separam essas duas esferas. Destarte, o FIES não se trata de algo inovador no rol das políticas engendradas no governo Lula da Silva, contudo, aprofundou-se sua lógica, pois se trata de um mecanismo crucial para os empresários da educação.

Em 2008, com a portaria normativa nº 02, de 31 de março, a distribuição dos recursos do Fies passou a ser articulada com as bolsas do Prouni, de modo que, os estudantes matriculados nas IES privadas beneficiários de bolsas parciais poderiam solicitar o restante do valor através do Fies. Outra mudança no programa ocorreu a partir da Lei 12.202/10, cujo objetivo é aprimorar o seu funcionamento por meio de medidas que fortaleçam o setor empresarial. Atualmente, o Fies passou por novas modificações, apresentado três novas modalidades na sua estrutura, conforme explicitam os autores De Paula et al. (2018, p.70):

1. É direcionada para os estudantes com renda per capita mensal familiar de até três salários mínimos. De acordo com o programa, a taxa de juros será zero.
2. São vagas voltadas para estudantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A renda per capita mensal familiar não deverá ser superior a cinco salários mínimos. A taxa de juros, nessa modalidade, será variável, de acordo com a instituição financeira responsável pelo financiamento.
3. São vagas destinadas a todo o Brasil. A renda per capita mensal familiar do estudante não deverá ser superior a cinco salários mínimos. Assim como na modalidade 2, a taxa de juros será variável, conforme a instituição financeira responsável pelo financiamento.

Assim, compreende-se que o governo federal, ao investir em programas como o Fies, releva-se subordinado ao Banco Mundial e à lógica de mundialização do capital. A prioridade, portanto, não é o acesso à educação pública e de qualidade explicitada na Constituição Federal de 1988, mas a criação e implementação de reformas educacionais voltadas para a privatização do público e publicização do privado, sendo o ensino superior um dos setores mais afetados por essa lógica mercantilista.



#### 4 Movimentos sociais e o ensino superior: a APRUMA e a luta pela educação pública

A Apruma, fundada em 1º de dezembro de 1978, como Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão e, posteriormente, transformada em Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES-SN, tem se articulado na luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Dentre os seus objetivos, destacam-se (APRUMA, 1996, art. 5º, incisos IV, X e XI):

[...] promover estudos, seminários e conclave, no sentido de aprimoramento do ensino superior; estimular, pelos meios apropriados a cada caso, a qualificação acadêmica de professores e estudantes; lutar pelo ensino público e gratuito e pela boa qualidade em todos os níveis, inclusive postulando permanentemente melhores condições de trabalho e elevação do nível das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas instituições de ensino superior.

Durante toda a sua trajetória, a Apruma tem enfrentado desafios quanto à defesa do caráter público da universidade, às condições de trabalho docente, à garantia e efetivação da assistência estudantil e da infraestrutura nos campi, ao aumento do número de vagas e à democratização da universidade, dentre outros. Esses desafios têm se tornado ainda maiores devido à lógica de oferta e demanda inserida no contexto educacional.

No Maranhão, com a efervescência do neoliberalismo, a partir da década de 1990, o ensino superior começou a se expandir e a apresentar uma diversificação de IES privadas, dentre elas faculdades e centros universitários. Em 2010, por exemplo, o número de faculdades existentes no estado era de 27, sendo 12 na capital e 15 no interior, com mais 1 centro universitário na capital, totalizando 28 IES privadas. Enquanto isso, no setor público, havia apenas 4 instituições, sendo 3 universidades e 1 instituto federal, todos localizados na capital (INEP, 2010).

Quanto ao número de matrículas em cursos de graduação presenciais, esse mesmo ano apresentou um total de 86.966, com 34.228 matrículas em instituições públicas e 52.730 em instituições privadas. Desse total, 32.692 matrículas foram em universidades (federal e estadual), 13.926 em centros universitários, 38.812 em faculdades e 1.536 em institutos federais (INEP, 2010). Observa-se, com isso, a predominância do setor privado sobre o setor público num estado como o Maranhão, cujos indicadores educacionais apresentam desempenhos negativos, pois a criação de instituições privadas de ensino não necessariamente significa dizer que tenha ocorrido melhorias nesses índices, ou que essas IES tenham proporcionado uma formação de qualidade.

Pelo contrário, apesar do discurso de democratização da educação, pautado na ideia de maior acesso das camadas populares ao ensino superior, visando diminuir o índice de desemprego e a precarização do trabalho, evidencia-se o interesse do mercado. Muitas IES privadas que têm surgido se configuram meramente como um negócio gerador de lucro, como grandes colégios focados no

ensino e desassociado da pesquisa e da extensão, resultando, em grande parte, na formação de profissionais “capacitados” para o mercado de trabalho, porém isentos de um pensamento mais crítico sobre a realidade na qual estão inseridos.

A partir dessa compreensão, percebe-se a importância da luta pela universidade pública, por melhores condições na sua estrutura física, no trabalho docente e no ensino, pois é nela que são formados os “quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (LDB/96 apud Silva et al., 2016, p. 49). Apesar da precarização em relação aos recursos financeiros, à estrutura física e aos recursos humanos, a universidade pública ainda se constitui como principal espaço para uma formação qualificada, tendo como uma de suas marcas a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Devido à educação pública ter um papel tão importante para o país, movimentos sociais de luta como a Apruma tem se posicionado frente à privatização do ensino superior e defendido a educação pública, gratuita e de qualidade. Mais especificamente, ao longo de sua trajetória histórica, a Apruma tem lutado em favor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), buscando melhores condições para a sua ampliação e o seu funcionamento. De acordo com Dutra e Sousa (2017, p. 97), a Apruma:

[...] em defesa da Ufma, tem sido firme na luta contra atos que se constituem em ameaça à universidade pública, reforçando sempre o papel significativo e relevante que as universidades federais e estaduais, públicas e gratuitas, desempenham no país.

Não fossem as mobilizações da Apruma e dos movimentos estudantis frente à precarização da universidade pública, o ensino superior privado teria ganhado ainda mais força e assumido uma parte ainda maior da formação acadêmica dos estudantes do Maranhão. Ainda assim, por estar inserida no modelo de organização capitalista, a educação superior pública apresenta alguns fatores sobre os quais se deve refletir e questionar, na tentativa de resgatar o verdadeiro sentido da universidade que, no decorrer dos anos, tem se alinhado à lógica de mercado. Aborda-se algumas questões trazidas por Chauí (2001, p. 37-39), tais como:

[...] a universidade pública tem aceitado passivamente a destruição do ensino público de primeiro e segundo graus, a privatização desse ensino, o aumento das desigualdades educacionais e um sistema que reforça privilégios porque coloca o ensino superior público a serviço das classes e grupos mais abastados, cujos filhos são formados na rede privada no primeiro e no segundo graus;

[...] os universitários tendem cada vez mais a aceitar a separação entre docência e pesquisa, aceitando que os títulos funcionem como graus hierárquicos de separação entre graduação e pós-graduação, em lugar de pensá-las integralmente;

[...] tendência à aceitação acrítica da privatização das pesquisas, perdendo de vista o papel público do trabalho de investigação;

[...] tendência das universidades a interiorizar as regras fixadas pelas agências, não distinguindo entre os critérios de financiamento (que

dependem da lógica própria às agências) e os critérios das pesquisas (que dependem da lógica própria ao trabalho intelectual).

A luta da APRUMA pelo aprimoramento e pela qualidade do ensino superior público se mostra, portanto, extremamente importante para a educação maranhense, cujas bases são marcadas por baixos índices de qualidade. Durante quase meio século, a Apruma tem levantado bandeiras em favor dos trabalhadores, dos estudantes e da sociedade, por meio de ações efetivas frente aos órgãos federais e estaduais para que haja investimento na universidade e, assim, ela tenha condições de cumprir o seu papel “como uma das instâncias onde deve ocorrer, de forma integrada, a formação profissional e a reflexão crítica sobre a sociedade, assim como a produção do conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crítico em todas as áreas da atividade humana” (ANDES, 2013, p. 17).

## 5 Conclusão

Os impactos decorrentes das reformas educacionais implementadas a partir dos anos 1990, sob grande influência dos organismos internacionais nos países da América Latina, têm afetado diretamente o ensino superior brasileiro. No período de 1995 a 2002, houve um crescente número de matrículas realizadas nas instituições privadas, fruto da mercantilização da educação e do reordenamento das propostas educacionais. Nos anos seguintes (2003-2016), sob o discurso da democratização do acesso ao ensino superior, observa-se a continuidade dessas reformas fincadas na perspectiva de crescimento do mercado e na circulação do capital, com forte incentivo aos programas de financiamento estudantil (PROUNI e FIES), por meio das parcerias entre instituições de ensino superior públicas e privadas.

No entanto, as reformas educacionais de cunho neoliberal, além de reordenarem o papel do Estado em relação aos investimentos necessários à universidade pública, contribuindo para a sua precarização no decorrer dos anos, têm preservado a lógica de expansão das instituições de educação superior privadas, com incentivos financeiros ao setor empresarial. Nesse sentido, torna-se fundamental a mobilização das associações profissionais, dos estudantes e da sociedade em prol da valorização e da garantia de uma educação superior pública, gratuita e de qualidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.493 de 18 de julho de 2005**. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5493.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5493.htm). Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm). Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm). Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.202 de 14 de janeiro de 2010.** Altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências). Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12202.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12202.htm). Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 2, de 31 de março de 2008.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://sisfiesportal.mec.gov.br/arquivos/portaria\\_normativa\\_2\\_compilada.pdf](http://sisfiesportal.mec.gov.br/arquivos/portaria_normativa_2_compilada.pdf). Acesso em: 22 mar. 2019.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DA COSTA D. D; FERREIRA, N. I. B. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 1, p. 141-163, mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772017000100008>. Acesso em: 2 mar. 2019.

DE PAULA, A. S. N; COSTA, F. J. F; XAVIER, M. V. S; LIMA, K. R. R. A privatização da Educação Superior Brasileira e as novas/velhas teses do Banco Mundial. **Universidade e Sociedade**, Brasília, a. 28, n. 62, p. 60-73, jun. 2018. Disponível em: [https://www.andes.org.br/img/midias/def24d2ce1e6e07ac350c432547e2321\\_1548264787.pdf](https://www.andes.org.br/img/midias/def24d2ce1e6e07ac350c432547e2321_1548264787.pdf). Acesso em: 2 mar. 2019.

DUTRA, M. A.; SOUSA, A. P. R. A atuação da Apruma na defesa da universidade pública no contexto das reformas dos anos 2000. *In*: ROSAR, M. F. F.; HORA, L. C. A. (orgs.). **Sujeitos políticos coletivos em defesa da educação pública no Maranhão.** São Paulo: Outras Expressões, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – Inep. **Censo da Educação Superior 2002.** Brasília, DF: Inep, 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-da-educacao-superior-2013-sinopse-estatistica-2013-2002>. Acesso em: 15 mar. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – Inep. **Censo da Educação Superior 2017**. Brasília, DF: Inep, 2017. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/sinopses\\_estatisticas/sinopses\\_educacao\\_superior/sinopse\\_educacao\\_superior\\_2017.zip](http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2017.zip). Acesso em: 15 mar. 2019.

LIMA, K. R. S. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. *In: Revista Katál*. Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan/jun, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/njFR8jqRKsGf6bBxTFxSFyh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2019.

NUNES, I. C.; BRAGA, L. S. A reforma da educação superior no brasil: da herança neoliberal de FHC ao legado de Lula. **Revista Desafios**, Palmas, v. 03, n. 01, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2016v3n1p68>. Acesso em: 15 mar. 2019.

APRUMA – SEÇÃO SINDICAL. Da organização e fins da Seção. *In: APRUMA*. Regimento. **Cartório Cantuário de Azevedo**. Registro Civil de Pessoa Jurídica, São Luís, Rolo filme 53084, Gestão: 2014-2016. Disponível em: <http://aprumasecaosindical.org/wp-content/uploads/2017/05/Regimento-da-APRUMA-SS-Atualizado.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SILVA, J. B. C.; ARAÚJO, R. M. L.; MAGALHÃES, B. A. C. S. Universidade, trabalho e movimentos sociais: alternativas para a formação do trabalhador. *Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Ano I, nº 1* (fev. 1991). Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Semestral ISSN 1517 – 1779. 2016 – Ano XXVI, Nº 57. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1929005311.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira. **Cadernos ANDES**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 1-63, jan. 2013. Disponível em: <https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.